

de volta para a prisão!

Não há muita novidade nas tragédias regulares ocorridas nas prisões do norte-nordeste brasileiro. As facções ilegais disputam o mercado da produção e distribuição de drogas ilícitas palmo a palmo e recrutam seus membros dentro e fora da prisão. Mais recentemente, em jornal paulista de grande circulação, a diretora da *Human Rights Watch* Brasil, pergunta: como consertar as prisões?

A pergunta é de impacto, mas as respostas institucionais são previsíveis. A justiça é lenta, os juizes despreparados, a sociedade conservadora e punitiva, as prisões estão abarrotadas de corpos, há reduzido grupo de funcionários concursados, as famílias são tragadas lá para dentro, constata-se que presos provisórios misturam-se aos condenados.

No presídio de Altamira-PA, em 29 de julho, não havia "celas neutras", nem alocação de presos segundo sua filiação consultada previamente pela direção do presídio. Diante das ações das facções, as organizações de defesa dos direitos humanos se pronunciam, as mídias as noticiam com alarde, acompanhado de comentários variados de analistas, reiterando os mesmos problemas, cuja solução pode ser resumida em uma só: é preciso uma reforma do sistema penal.

Fardados no Pará cantam diante das autoridades civis seu apreço por cabeças cortadas. A ROTAM (Rotas Ostensivas Táticas Militares) se exibiu diante do governador, em 3 de agosto, expondo conivência com as facções e clamando pela "pena de morte à moda brasileira". As facções, antes de terem sua prática de decapitação absorvida por forças militares de elite (ou o inverso, pouco importa), acreditam, desde a primeira década deste século, que se fortalecem exibindo as cabeças cortadas de seus rivais. Os presos não têm escolha, e logo a elas se filiam. O tráfico progride numa grande disputa pelo mercado de produção e de consumo, local e internacional.

Matar e morrer são ofícios da polícia. Matar e morrer são condutas dos comandados de facções. Julgar e sentenciar são as tarefas rotineiras de juizes com base na seletividade penal. Compartilhar e fazer funcionar são tarefas do dia-a-dia da vida na prisão, divididas entre o governo das autoridades e das lideranças de facções.

Especula-se que as facções mantêm relações com partidos políticos, com políticos profissionais, com autoridades superiores. Há um caudaloso trajeto lucrativo que vai da produção de substâncias ilícitas à lavagem de dinheiro do tráfico. Enfim, a ilegalidade é constitutiva do capitalismo, e as drogas ilícitas estão condenadas *a priori* pela sociedade. Fala-se, quando muito, em descriminalização da maconha

com o respaldo da medicina, porém, essa medida lucrativa e legal para a saúde, com mais um uso de droga ilícita que se tornaria lícita, tem baixa repercussão urgente no Brasil.

Sob o governo conservador e reacionário, até mesmo as medidas paliativas são ignoradas, assim como o bajulado sistema de monitoramento do preso em situação de semiliberdade, que não é ampliado. Prometem-se construções de mais presídios. Quanto à produção, circulação, e uso de drogas persiste a condenação de sempre, escoltada pela anuência crescente em matar nas ruas, nas prisões. Então, as facções, a polícia, as milícias matam.

Trata-se, de um lado, de perpetuar a guerra às drogas, culpando o usuário por não praticar a abstinência. Para se chegar a essa prática, crescem as internações voluntárias e involuntárias em comunidades terapêuticas religiosas, decrescem programas ambulatoriais alternativos e a psiquiatria aumenta seu raio de ação. Tudo em função da abstinência. O usuário de drogas lícitas ou ilícitas é sempre o culpado ou doente. Porém, nesta era de governo reacionário, ignora-se a impossibilidade de serem zeradas as chamadas condutas *criminosas* e, inclusive, como a racionalidade neoliberal equaciona o *mundo do crime* enquanto inevitável.

De outro lado, amplia-se o combate armado contra produtores e distribuidores de drogas

ilícitas como se fosse possível acabar com este mercado e garantir a segurança, principalmente, aos moradores de periferias. Estes permanecem expostos a tiroteios em suas casas, escolas, creches, pontos de ônibus, calçadas, vias públicas e são contabilizados como inocentes atingidos por "balas perdidas". Vivem no meio do *bang-bang*, do comércio de armas, dos toques de recolher impostos por facções e milícias, têm suas intimidades vasculhadas pela polícia à caça de "bandidos", amedrontam-se, rezam, clamam aos santos e obedecem.

As ONGs transitam com programas alternativos dentro das periferias para compensar déficits escolares e culturais, procurando atrair algumas crianças e jovens para atividades que possam potencializar seu capital humano. A assistência social de prefeituras faz acolhimentos imediatos, produz censos de populações de rua, pastorais dão comida e "palavras de conforto" e os desempregados crescem. Outros menos desesperados com a falta de empregos se alistam nas facções e milícias e, às vezes, na polícia. É justamente entre os pobres, este exército de reserva de poder, que se recruta para matar, morrer e comercializar. Matam e morrem entre si, contra si mesmos.

Sempre considerados alarmantes, os dados estatísticos sobre a violência pouco impressionam para que as medidas de segurança escapem do ramerrão policial e prisional. A justiça

permanece governada por juizes encarceradores e até mesmo medidas prometidas para acelerar o esvaziamento de cadeias de prisioneiros temporários, primários e de apenados com sentenças mais curtas, dificilmente saem das grades do papel. A análise dos prontuários é lerda, o preso é sempre considerado de antemão como perigoso, degenerado potencial, degradado da ocasião, com família desestruturada. Para os presos não há previsão de integração, eles apenas funcionam lustrando a retórica dos reformistas.

Seja pela prática da prisão convencional, seja por meio da parceria público-privada, os resultados são de muitos fracassos. Fala-se em privatização das prisões como medida de contenção de rebeliões e de uma "nova gestão", que deve ser lucrativa. Há algumas prisões, governadas pelas parcerias, em que os presos são mão-de-obra barata. Como sempre o trabalho, assim como a prática religiosa, são redutores da pena na medida em que, principalmente, se pretende amortizar outras penalizações inevitáveis que cada prisioneiro recebe no interior do próprio sistema penitenciário devido ao seu *comportamento*.

Novas táticas de contenção de confrontos entre facções se constituem sem que com isso as famílias e gente dos bairros pobres sejam poupadas desta economia da pena e do lucro que envolve a prisão e os tiroteios. Tudo gira em

função de uma troca: das rebeliões contra a prisão para o domínio das prisões por facções. Estas não estão interessadas em rebeliões contra a prisão, mas em sua continuidade e na participação em seu governo, produzindo, com isso, um certo estado de governança estável para seu empreendimento lucrativo no mercado.

Inútil, agora como antes, argumentar em favor da liberação das drogas? Não. Porém, a sociedade punitiva e o governo reacionário não a admitem. Acreditam na guerra que se faz como caçada. Então, jorram palavras em função da reforma, do aumento de punições, do consentimento com as matanças, aguardando o próximo capítulo das cabeças cortadas, com ou sem a ampliação das penas alternativas... E tudo fica reduzido ao *slogan*: "combate à impunidade".

Dizem que está (e sempre estará) em jogo o domínio de rotas da cocaína e chegam até mesmo a análises que tratam a questão como disputa de hegemonia entre facções (o que por si só legitima a atual guerra às drogas), quando o que está em pauta é a decisiva jogada na disputa pelo monopólio do setor em tempos de racionalidade neoliberal e mercado livre.

O mais evidente é que as facções se subdividiram nesta guerra pelo mercado em função da ampliação do escoamento das mercadorias, de maneira que perder quantidades consideradas exorbitantes para *operações policiais* com

nomenclaturas *isso e aquilo* faz parte do negócio. É um *a priori* sobre *riscos* no mercado neoliberal. É a constatação de que a economia neoliberal, assim como a liberal no passado, não pacifica as relações.

Uma instigante matéria em jornal de grande circulação em São Paulo, em 4 de agosto, depois da matança de 62 pessoas na prisão de Altamira (uma cidadezinha pacata antes da construção das hidrelétricas estatais), mapeia as facções no norte e suas respectivas influências e alianças. O *mundo* do tráfico, dividido entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho, ampliou-se com a Família do Norte. Essas três compõem parcerias com outros Primeiros Comandos, Equipes, Bondes, Amigos, Irmandades, Uniões etc. e assim vai... Juntas, totalizam, segundo o mapeamento do jornal, 17 facções.

O ministro da segurança fez um *pacote* que aguarda trâmite no congresso, prometendo decepar as lideranças e com isso acabar com o tráfico. É ingênuo, tolo ou apenas um autocentrado iluminando seu ambicioso protagonismo. Do presidente atual nada se espera a não ser um mercado livre de armas e mais matanças. Fala-se, até, na criação de um organismo binacional, como sugere o diretor adjunto da Polícia Nacional da Colômbia.

Tudo gira para o *de volta à prisão!* Transferências de presos, mais prisões a

serem construídas, estatísticas defasadas sobre superlotação carcerária, ranking dos países com mais prisioneiros, denúncias sobre más condições de salubridade, alimentação, atendimento odontológico e médico. Nesta guerra mata-se muito, mas também se produz crescimento da *indústria do controle do crime*, e de empregos legais e ilegais.

A isso tudo, acrescentam-se os ganhos de lucratividade política, tanto para os críticos, quanto para os ocupantes do governo, pois ambos se servem de conteúdo fortemente emocional para angariar seguidores para seu "mais novo programa de segurança", lançando fugazes esperanças que este resolverá de vez o "problema da criminalidade que assola o país". Antigos mandatários e técnicos governamentais expressam pesar e indignação, lançam livros e relatórios sobre o que deveria ser feito, como se não estivessem, até outro dia, à frente das políticas de segurança. Todos trabalham para que a roda das punições siga girando, ainda que eventualmente ela decepe uma ou outra cabeça nesse giro.

Mais uma reforma à vista? Pior que as cabeças cortadas, que as cabeças a prêmio, que as cabeças bélicas, que as cabeças pensantes, são as cabeças da massa abúlica e covarde, fornecedora constante de corpos para a morte.

[Publicado como hypomnemata 215. Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol, agosto de 2019.]